



# SENADO FEDERAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 4108, de 2020**, que *"Altera as Leis nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, nº 6.932, de 7 de julho de 1981, nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, para vedar o corte de bolsas de estudos e auxílios nelas previstos nas condições que especifica."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Jean Paul Prates (PT/RN)	001
Senador Wellington Fagundes (PL/MT)	002
Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)	003
Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)	004; 005; 006

**TOTAL DE EMENDAS: 6**



**PROJETO DE LEI Nº 4108, DE 2020**

Altera as Leis nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, nº 6.932, de 7 de julho de 1981, nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nº 11.129, de 30 de junho de 2005, e nº 11.180, de 23 de setembro de 2005, para vedar o corte de bolsas de estudos e auxílios nelas previstos nas condições que especifica.

**EMENDA MODIFICATIVA**

O art. 1º do Projeto de Lei nº 4108, de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação, e acrescenta-se o seguinte artigo adicional, onde couber:

“Art. 1º Esta Lei veda o corte de bolsas de estudos e a interrupção de contratos de estágio, bolsas de apoio financeiro concedidas no âmbito de programas e normas federais de fomento à iniciação científica e à docência, à especialização em residência médica e multiprofissional em saúde, e à educação superior em nível de mestrado e doutorado.

“Art. XX O art. 11º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 .....

Parágrafo único. Ficam suspensas as finalizações de contratos de estágio durante a vigência da decretação de calamidade para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (NR)”

**JUSTIFICAÇÃO**

Diante da pandemia causada pela COVID-19, a população mundial foi colocada em alerta em um cenário de instabilidade, incertezas, de risco à suas próprias vidas e de inquietude em meio à corrida na busca por formas de combate à disseminação do vírus bem como pela preservação da saúde das pessoas.

No Brasil, em 6 de fevereiro de 2020, o Governo Federal publicou a Lei no 13.979 de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública. A partir disso, se desencadeiam uma série de medidas por parte das instituições, empresas e governos municipais e estaduais: nessa medida, vários estagiários vêm relatando finalização antecipada de seus contratos por parte, inclusive, de órgãos públicos; outros, a não renovação.

Dados da FGV Social apontam que os jovens caracterizam a parcela da população que mais perdeu renda no trabalho nos últimos anos. Além disso, antes da crise causada pela pandemia, era a parcela que enfrentava com ainda mais dificuldades o aumento do desemprego, por conta da pouca experiência.

A presente emenda, alinhada com o PL 2525/2020, busca incorporar ao projeto atualmente em discussão a proteção aos contratos de estágio vigentes. Trata-se de modalidade de entrada no mercado de trabalho, em perfeita sintonia com a preocupação representada pelo projeto de lei.



**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 4.108, de 2020)

Substitua-se, no art. 1º do Projeto de Lei nº 4.108, de 2020, a expressão “à iniciação científica e à docência” por “à iniciação científica, tecnológica e à docência”.

**JUSTIFICAÇÃO**

O projeto promove alterações oportunas na legislação de regência dos programas federais de concessões de bolsas de estudos e auxílios à pesquisa em áreas caras ao País.

Nada obstante, a organização e articulação dessas áreas é muita dinâmica. Atualmente, por exemplo, vivemos uma tendência de aproximação entre a educação superior e o setor econômico. A concretização desse fenômeno imprime relevância sem precedentes à pesquisa aplicada, especialmente em inovação e desenvolvimento tecnológico.

Por essa razão, consideramos importante ressaltar, no dispositivo do projeto que enuncia o objetivo da lei, a força dessa vertente “tecnológica”, que é hoje um apêndice da “ciência”, entre as áreas nominalmente destacadas como merecedoras de fomento estatal mesmo em momentos de crise mais aguda.

Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 4.108, de 2020)

Acrescente-se ao Projeto de Lei nº 4.108, de 2020, o seguinte art. 7º, renumerando-se o atual art. 7º como art. 8º e os seguintes:

“**Art. 7º** A vedação de corte de bolsas e interrupção de pagamentos objeto desta Lei aplica-se também aos programas de bolsa permanência educacional, em todas as suas modalidades, instituídos no âmbito da União.”

**JUSTIFICAÇÃO**

A bolsa permanência é de importância essencial para a manutenção dos estudantes mais carentes na educação superior, perfazendo um instrumento indispensável para a efetividade das políticas de inclusão nesse nível de ensino, inclusive para a melhoria dos índices de conclusão de estudos.

Em períodos de crise, essas bolsas se mostram ainda mais relevantes. Além de constituir um meio de sobrevivência e de apoio à família para muitos, ajudam a arcar com os custos extras, como o acesso à internet, necessária para o acompanhamento das aulas na modalidade de ensino remoto, uma das alternativas que tem sido adotada pelas instituições de ensino em substituição às aulas presenciais.

Por essa razão, a extensão da vedação de corte e interrupção de pagamento desse auxílio ajuda a enriquecer a louvável e oportuna iniciativa do Senador Jayme Campos.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 4108, de 2020)

Acrescente-se o parágrafo único ao art. 11 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, com a seguinte redação:

"Art. 11. ....

.....

Parágrafo único. Fica proibida a rescisão dos contratos de estágio em andamento durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional, sendo seu termo final prorrogado por 1 (um) ano, contado da cessação da vigência da calamidade, incluída eventual prorrogação. Exceto no caso de estagiários com deficiência, para os quais o prazo é indeterminado." (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

As medidas propostas pelo Projeto de Lei, além de salvaguardar o desenvolvimento científico e a capacitação profissional em áreas estratégicas, são coerentes também com as ações emergenciais de proteção social adotadas no atual período de emergência de saúde pública, entre as quais se encontra o auxílio emergencial criado pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

Portanto, é indiscutível o mérito de vedar, durante os períodos de calamidade reconhecidos pelo Congresso Nacional, o corte de auxílios financeiros concedidos por agências oficiais, por meio de bolsas, ou interromper o seu pagamento.

Contudo, entendemos ser de enorme importância a inclusão de outras categorias de bolsas de estudo, como os de estágio universitário.

Isso porque, segundo a FGV Social, os jovens foram os que mais perderam renda no trabalho nos últimos anos, seja pela falta de formação ou pela

pouca experiência no mercado de trabalho, o que levou a essa parcela da população também a ter maior taxa de desemprego durante o período de pandemia.

De acordo com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), em 2019 foram contabilizados 576.983 estagiários no Brasil. E pelo mesmos motivos apontados na justificativa do Projeto, entendemos também ser importante a vedação do corte das bolsas desses milhares de alunos que muitas vezes também são arrimo de família.

Além de proibir o corte de bolsas dos estagiários, é necessário que, excepcionalmente, se prorrogue o prazo máximo do contrato. Isso porque, a Lei nº 11.788/2008 estabelece um prazo máximo de 2 (dois) anos para os contratos de estágio.

Assim, com a intenção de garantir uma melhor qualificação profissional do estudante estagiário, é essencial que prorroguemos a vigência dos contratos a fim de propiciar a esses estudantes a possibilidade de uma verdadeira prática e aprendizado profissional, uma vez que nesse período de pandemia, diversas vivências e convivências foram suspensas, impossibilitando o aprendizado e a experiência por meio do acompanhamento, observação e atuação assistida do profissional supervisor. É necessário que eles tenham a oportunidade de aprender a profissão e apreender conhecimento em momento oportuno.

Dessa forma, evitaremos prejuízos pedagógicos e profissionais a todos os estudantes com a prorrogação do limite do prazo de contrato.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES





**EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 4108, de 2020)

Acrescente-se o parágrafo único ao art. 11 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, com a seguinte redação:

"Art. 11. ....

.....  
Parágrafo único. Fica proibida a rescisão dos contratos de estágio em andamento durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional, sendo seu termo final prorrogado por 1 (um) ano, contado da cessação da vigência da calamidade, incluída eventual prorrogação. Exceto no caso de estagiários com deficiência, para os quais o prazo é indeterminado." (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

As medidas propostas pelo Projeto de Lei, além de salvaguardar o desenvolvimento científico e a capacitação profissional em áreas estratégicas, são coerentes também com as ações emergenciais de proteção social adotadas no atual período de emergência de saúde pública, entre as quais se encontra o auxílio emergencial criado pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

Portanto, é indiscutível o mérito de vedar, durante os períodos de calamidade reconhecidos pelo Congresso Nacional, o corte de auxílios financeiros concedidos por agências oficiais, por meio de bolsas, ou interromper o seu pagamento.

Contudo, entendemos ser de enorme importância a inclusão de outras categorias de bolsas de estudo, como os de estágio universitário.

Isso porque, segundo a FGV Social, os jovens foram os que mais perderam renda no trabalho nos últimos anos, seja pela falta de formação ou pela pouca experiência no mercado de trabalho, o que levou

a essa parcela da população também a ter maior taxa de desemprego durante o período de pandemia.

De acordo com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), em 2019 foram contabilizados 576.983 estagiários no Brasil. E pelo mesmos motivos apontados na justificativa do Projeto, entendemos também ser importante a vedação do corte das bolsas desses milhares de alunos que muitas vezes também são arrimo de família.

Além de proibir o corte de bolsas dos estagiários, é necessário que, excepcionalmente, se prorogue o prazo máximo do contrato. Isso porque, a Lei nº 11.788/2008 estabelece um prazo máximo de 2 (dois) anos para os contratos de estágio.

Assim, com a intenção de garantir uma melhor qualificação profissional do estudante estagiário, é essencial que proroguemos a vigência dos contratos a fim de propiciar a esses estudantes a possibilidade de uma verdadeira prática e aprendizado profissional, uma vez que nesse período de pandemia, diversas vivências e convivências foram suspensas, impossibilitando o aprendizado e a experiência por meio do acompanhamento, observação e atuação assistida do profissional supervisor. É necessário que eles tenham a oportunidade de aprender a profissão e apreender conhecimento em momento oportuno.

Dessa forma, evitaremos prejuízos pedagógicos e profissionais a todos os estudantes com a prorrogação do limite do prazo de contrato.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES

**EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 4108, de 2020)

Acrescente-se o parágrafo 9º do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com a seguinte redação:

"Art. 428. ....

.....

9º Fica proibida a rescisão dos contratos de aprendizagem em andamento durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional, sendo seu termo final prorrogado por 1 (um) ano, contado da cessação da vigência da calamidade, incluída eventual prorrogação. Exceto no caso de aprendizes com deficiência, para os quais o prazo é indeterminado." (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

As medidas propostas pelo Projeto de Lei, além de salvaguardar o desenvolvimento científico e a capacitação profissional em áreas estratégicas, são coerentes também com as ações emergenciais de proteção social adotadas no atual período de emergência de saúde pública, entre as quais se encontra o auxílio emergencial criado pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

Portanto, é indiscutível o mérito de vedar, durante os períodos de calamidade reconhecidos pelo Congresso Nacional, o corte de auxílios financeiros concedidos por agências oficiais, por meio de bolsas, ou interromper o seu pagamento.

Contudo, entendemos ser de enorme importância a inclusão de outras categorias de bolsas de estudo, como os de jovens aprendizes.

Isso porque, segundo a FGV Social, os jovens foram os que mais perderam renda no trabalho nos últimos anos, seja pela falta de formação ou pela

pouca experiência no mercado de trabalho, o que levou a essa parcela da população também a ter maior taxa de desemprego durante o período de pandemia.

De acordo com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), em 2019 foram contabilizados 576.983 estagiários no Brasil. E pelo mesmos motivos apontados no Projeto de Lei, entendemos também ser importante a vedação do corte das bolsas desses milhares de alunos que muitas vezes também são arrimo de família. Igualmente importante é também mantermos os contratos dos jovens aprendizes.

Um balanço do Ministério do Trabalho divulgado em 2018 mostra que cerca de 445 mil adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos entraram no mercado de trabalho por meio da aprendizagem profissional. No total, o Brasil registra mais de 3,5 milhões de aprendizes contratados desde 2005, quando a norma foi regulamentada.

Além de proibir a rescisão dos contratos dos jovens aprendizes, é importante que, excepcionalmente, se prorrogue o prazo máximo do contrato. Isso porque, o art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece um prazo máximo de aprendizagem de até 2 anos.

Assim, com a intenção de garantir uma melhor qualificação profissional do jovem aprendiz, é imprescindível que prorroguemos a vigência dos contratos a fim de propiciar a esses estudantes a possibilidade de uma verdadeira prática e aprendizado profissional, uma vez que nesse período de pandemia, diversas vivências e convivências foram suspensas, impossibilitando o aprendizado e a experiência por meio do acompanhamento, observação e atuação assistida do profissional supervisor. É necessário que eles tenham a oportunidade de aprender a profissão e apreender conhecimento em momento oportuno.

Dessa forma, evitaremos prejuízos pedagógicos e profissionais a todos os estudantes com a prorrogação do limite do prazo de contrato.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação.

Sala da Comissão,

Senador RANDOLFE RODRIGUES